

TÍTULO: RPPN UMA CONTRIBUIÇÃO SOCIOCULTURAL NA PAISAGEM

ANDRÉIA BROERING¹; EULER SANDEVILLE JUNIOR²

“Sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos”. Yi-Fu-Tuan

BROERING, A. e SANDEVILLE Jr. E. RPPN uma contribuição sociocultural na paisagem. In: Seminário de Áreas Verdes, 3, São Paulo, 2010. Livro dos trabalhos. São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente 1 ed. 2010. P

ISBN da Publicação 978-85-98140-08-7

RESUMO

Este artigo aborda aspectos das relações possíveis entre Reservas Particulares de Patrimônio Natural - RPPN e as comunidades do seu entorno. Tem por objetivo “contribuir para a criação de mecanismos de envolvimento comunitário na gestão da paisagem das áreas de entorno da Reserva Particular de Patrimônio Natural Passarim - RPPN, destacando o seu papel para a conservação e o desenvolvimento social das comunidades do entorno”, e faz parte da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da USP – PROCAM-USP e integra o Núcleo de Estudos da Paisagem, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP³. De acordo com os pressupostos do Núcleo, abordamos as RPPNs a partir de um olhar sociocultural da paisagem de entorno, estendendo a elas um caráter de atuação comunitária, e não apenas a conservação biológica *in situ*. A pesquisa se desenvolve através de um estudo de caso localizado na porção litoral sul do estado de Santa Catarina, no município de Paulo Lopes, em uma comunidade rural vizinha à RPPN Passarim, chamada Tigela.

A conservação biológica pode ser vista no contexto local como um “novo” valor de uso do solo ou da paisagem, que frequentemente incide sobre as comunidades como algo estranho e não familiar a seus valores com o meio. Neste sentido é que a pesquisa pretende entender a forma como os moradores passaram a conviver e como poderão gerir esse novo aspecto de valoração da paisagem, que se dá através da destinação de espaços para a conservação, no caso de estudo, uma Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN.

A abordagem é estruturada em referenciais da geografia cultural, topofilia, gestão participativa e metodologias qualitativas e em atividades de campo. No campo, foram

¹Geógrafa, mestranda do PROCAM USP e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Paisagem, Cultura e Participação Social. broering@usp.br

²Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU USP e do Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental PROCAM USP e coordenador do Grupo de Pesquisa Paisagem, Cultura e Participação Social. Universidade de São Paulo, FAU. esandeville@gmail.com

³O Núcleo está vinculado ao Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade - LAB Cidade – FAU USP. Promove desde 2003 atividades de pesquisa, ensino e extensão interdisciplinar com pesquisadores direcionados à compreensão, apropriação e transformação do espaço, através de processos colaborativos, participativos e de gestão partilhada. Desenvolve estudos e ações no âmbito da pesquisa e do ensino voltados para a compreensão dos processos de produção do espaço, dos instrumentos de sua transformação e da dimensão afetiva e criativa na relação e valoração do espaço vivido.

realizadas dezoito entrevistas semi-estruturas, e nove narrativas de vida, além de conversas informais e permanência integral no campo nos dias de pesquisa, juntamente com os colaboradores chave, possibilitando assim uma maior aproximação do cotidiano da comunidade local. As entrevistas objetivaram entender como a comunidade percebe a paisagem, como se relaciona com ela através de suas práticas socioculturais, e como percebe e se relaciona com a conservação na forma de espaços destinados exclusivamente para esse fim, ou seja, na forma de Unidades de Conservação.

Esta pesquisa nasce da percepção do rumo truncado que as RPPNs estão tomando a partir de experiências profissional e acadêmica com a temática e a área de estudo, no sentido de que seu potencial transformador é subaproveitado quando tratadas de forma isolada do contexto local, frente à carência de uma análise crítica da realidade e políticas públicas voltadas para as RPPNs.

INTRODUÇÃO

A partir de uma abordagem cultural da paisagem, desenvolvida no âmbito do Núcleo de Estudos da Paisagem da FAU USP, entendemos esta como espaços de fazeres e saberes culturalmente construídos pela sociedade, ou seja, como experiência partilhada e produção social, contribuindo para seu estudo como cultura e subjetividade (Sandeville Jr., Broering e Machado 2010). Assim lançamos o olhar sobre as RPPNs destacando seu papel no contexto local de estímulo a outras ações de conservação e gestão da paisagem. A compreensão de como se dão as práticas sociais na paisagem nos levará a entendê-la como indissociável dos sujeitos que nela atuam, permitindo apontar caminhos para proposição de mecanismos de mudanças em algumas dessas práticas a partir da realidade existente e da participação coletiva.

A regulamentação das RPPNs⁴, como são conhecidas hoje, tiveram início em 1990, devido à demanda de alguns proprietários que desejavam transformar parte de seus imóveis em reservas particulares (IBAMA, 2005). Em 2000, com a publicação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, estas passam a categoria de Unidades de Conservação reconhecidas pelo órgão ambiental federal. Porém a demanda de conservação em áreas privadas é mais antiga, prevista no código florestal de 1934 na forma de “florestas protetoras” que tinham uma apresentação muito semelhante às RPPNs de hoje.

Conforme dados da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA (2009), no Brasil, a criação das áreas protegidas, ou UCs, significou um grande passo na luta para evitar a tendência de destruição dos recursos naturais, somando atualmente mais de 74 milhões de hectares de áreas protegidas. Presenciamos na última década o crescente número de novas UCs, porém, poucas com planos de manejos ativos e funcionais no sentido inclusivo das comunidades em ações voltadas a conservação. Entretanto, vemos nas RPPNs um aumento do potencial local de integração de ações de criação e gestão, uma vez que sua implantação não traz outro problema comum às UCs públicas, que é a questão fundiária.

A criação de UC tem sido a base da política ambiental, mostrando-se insuficiente, principalmente no que tange aos impactos sociais e à mudança nas práticas de produção e consumo da sociedade. Com esse modelo, a degradação ambiental continua externamente das UCs, e os conflitos e exclusão social, nas áreas foco de preservação, também aumentam. No entanto, o manejo participativo das UCs públicas

⁴ As RPPNs são definidas - conforme o Decreto Federal nº 5.746/2006 – como sendo uma unidade de conservação de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio de Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

é fortemente estimulado no sentido de mediar e amenizar tais conflitos, a partir da participação das comunidades inseridas em contextos de UCs, através de instrumentos como os conselhos consultivos e deliberativos, consultas públicas e gestão participativa. Isso não ocorre com as RPPN, de caráter totalmente privado e voluntário, deixando a critério dos proprietários tais ações.

As RPPNs como categoria de UCs são apontadas como elementos chave para a complementação do sistema público de conservação ambiental, colocando-as como parte na solução dos problemas ambientais (Mesquita e Vieira, 2004). Porém visto que elas são criadas e manejadas a partir do interesse individual dos proprietários, desconsideram, muitas vezes por completo, a realidade local existente, causando conflitos de uso e mesmo culturais. Ou seja, nossa contribuição, pretende vir no sentido de que as RPPNs devem também ser criadas e manejadas de forma inclusiva e participativa, a fim de potencializar sua contribuição no sistema de conservação ambiental, como elemento propulsor de práticas socioculturais mais harmoniosas com a conservação no contexto da paisagem local.

Vale destacar que reconhecemos a importância e consciência ambiental demonstrada por muitos dos proprietários que declaram suas terras para proteção ambiental perpétua. Porém, é necessário estabelecer também uma discussão do seu potencial transformador num contexto social. A criação de RPPNs cresce a ritmo acelerado, no âmbito federal, atualmente há 931 Unidades, cobrindo 673 mil hectares⁵, existindo ainda doze estados que dispõem de legislações próprias e um município, Curitiba. Entretanto, ainda carecem de estudos e diagnósticos atualizados e orientados para o redirecionamento das políticas públicas para o setor, principalmente no que se refere ao planejamento, administração e gestão participativa das mesmas. Sem estes elementos, corre-se o risco de se frustrar a grandeza representada pelo ato voluntário do proprietário privado, que deseja perpetuar os valores da conservação ambiental.

DESENVOLVIMENTO

A área de estudo localiza-se na porção centro-leste do estado de Santa Catarina, no município de Paulo Lopes, bairro da Tigela, distante 50 km da capital Florianópolis. A população de aproximadamente 7.200 habitantes⁶ em sua maioria domiciliados na zona rural sendo a pecuária e rizicultura as atividades econômicas de maior relevância no município. A inserção do município num futuro mosaico de áreas protegidas é uma característica marcante. A maior parte do município (59%) é ocupada pelo Parque Estadual Serra do Tabuleiro, parte da área costeira do município integra também a Área de Proteção Ambiental (APA) Federal da Baleia Franca contando ainda com uma RPPN que é parte integrante deste estudo de caso. Por esse histórico ligado a UC a comunidade apresenta um discurso pré formado com relação aos espaços destinados a conservação. A RPPN Passarim foi criada em março de 2004 com área de 226 ha, existindo atualmente um segundo processo de solicitação de reconhecimento em andamento junto ao ICMBio, da Passarim II com mais 66 ha.

A região de estudo apresenta característica rural com pequenas propriedades, sendo a maior de 2.000 ha e a média em torno de 30 ha, em um universo de 22 propriedades, onde hoje há cultivo para o consumo; sítios de lazer, com criação de gado e cavalos; sítio de produção orgânica; cultivo de arroz em grande escala; reflorestamento com espécies exóticas e a conservação através da RPPN.

⁵ Segundo dados da Conferência Nacional de Reservas Particulares, são 931 RPPNs no país. Consulta abril de 2010 <http://www.reservasparticulares.org.br/> Ver gráfico de crescimento das RPPNs no Brasil em anexo.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (contagem da população 2007)

A configuração da colonização catarinense aparece na paisagem da Tigela fortemente marcada, pela origem dos moradores e suas atividades produtivas (açorianos ligados à pesca e ao cultivo e manufatura da mandioca, e europeus que trouxeram a criação do gado, na forma e tamanho dos lotes e nas bases da agricultura familiar). Historicamente a paisagem é marcada pela extração de madeira e posteriormente o cultivo do fumo, associado ao uso abusivo de agrotóxicos no auge da indústria de tabaco no sul do Brasil, que data da década de 60 e 70. Essa marca é percebida na vegetação e na memória dos moradores mais antigos, ou por vivência ou já por herança de seus pais e avós que atuavam no ramo. Com a queda do plantio de fumo na região entra o plantio de feijão, milho e mandioca associado à agropecuária. A condição estritamente rural da paisagem da Tigela encontra-se em transição na medida em que a maioria das propriedades não mais têm na terra seu meio de subsistência, mas agregam ao “modo de vida” ligado ao meio rural, renda proveniente da prestação de serviços, aposentadorias, comércio ou atividades de turismo ligado às águas da região. A caracterização de rural se dá principalmente pelo estilo de vida e isolamento dos moradores de serviços urbanos além do tamanho das propriedades.

Paralelamente a esse “modo de viver” representado pelo rural, a paisagem é também formada pelo surgimento de um “novo” uso do solo, o voltado para a conservação. Interpõe-se sobre a comunidade como algo estranho e não familiar a seus valores culturais com o meio. Entretanto, onde a escassez dos recursos naturais é latente e percebida principalmente no meio rural, observamos que o tema de conservação dos recursos vai sendo gradualmente incorporado no discurso dos moradores, ainda que entrando em conflito com seus valores culturais e familiares. O Parque Estadual Serra do Tabuleiro – PEST, (criado em 1975 com área de 90 mil hectares abrangendo oito municípios, sendo 59% do território de Paulo Lopes) traz consigo uma forte fiscalização ambiental na região e projetos ambientais, ainda que desconectados e descontinuados, são encorajados pelo poder público municipal ou estadual. Passando as práticas locais a serem condenadas em função da conservação biológica, sem um trabalho de contextualização dos motivos junto a essa população, a atuação punitiva do estado na região formaram alguns discursos, legítimos, de aversão às questões de conservação. Para citar alguns exemplos: caça, coleta de palmito, roça nas várzeas, coivara, extração de madeira. Nesse sentido, parece-nos importante que os instrumentos de conservação ambiental se façam acompanhar de instrumentos e programas promovendo a integração da comunidade local na gestão destes espaços.

Os conflitos de prospecção futura da região são claramente observados no campo em conversas e mesmo nos usos atuais do solo. Onde por exemplo um morador (Sr. Benício) planta mudas de palmito para a recuperação e exploração manejada e seu vizinho cria gado em um relevo super íngreme e de solo raso. Percebe-se, entretanto que os conflitos se dão por questões culturais, onde alguns se apropriaram da importância e oportunidades que a conservação ambiental pode trazer, e outros permanecem adotando o uso tradicional do solo.

Como mencionado acima, pelo fato do município de Paulo Lopes contribuir com mais da metade de seu perímetro para o PEST, alguns moradores têm um discurso formado a priori de aversão a conservação ambiental. Entendem que limita o acesso a determinadas áreas nas quais desenvolviam atividades de exploração da mata, com a conseqüente fiscalização ambiental etc. Alguns moradores ponderam que

“Tem que conservar, acho bom. Mais também um pouco tem que ter pra gente tirar pra melhorar uma casa, um rancho, uma cocheira pra o gado. Antes podia derrubar o mato, agora não pode nada.... ai nos compramos no comercio pelo preço de morte o que se come, quem vai comer mato, pau? Tive até que comprar madeira pra refazer a ponte... isso é errado, com tanta madeira aqui, vem de algum lugar essa que comprei”

Outro morador não concorda com as exigências: *“É uma coisa boa conservar, mais não podia ter tanta exigência”.*

"é uma coisa boa, mais da forma que tá sendo feita isso é ilegal, por que eles não podem fazer isso com as famílias que depende da mata pra sobreviver. Por exemplo, lá no Espraiado (comunidade vizinha) tem 180 famílias, cinco ou seis viraram favelados, pois não pode tirar nada. O proibido é ruim. Se o governo deixasse tirar um pouco, não tudo, nunca teria esse estrago, mais não pode nada, ai eles tiram tudo escondido. E também tem o CRETA (grupo de recuperação de dependentes químicos) que fica dentro da área do Parque e eles vão no mato e tiram mata, tocam fogo, puxa madeira tudo nas costas, isso é errado. Sabe o que acho, tem que deixar a pessoas trabalhar o fiscal da FATMA (Fundação Estadual de Meio Ambiente) tem que vim e orientar e não deixar fazer errado primeiro e depois multar".

Por outro lado a conservação como parte da história recente do município (década de 70, data de criação do PEST) e a criação da RPPN Passarim em 2004, trouxe para outros aceitação, compreensão e criatividade em apoiar e vislumbrar um futuro mais harmonioso para a paisagem associado a esse "novo uso do solo", como oportunidade de geração de renda, por exemplo:

"Acho importantíssimo conservar. Acredito que nós aqui do Vale da Tigela estamos em primeiro lugar em conservação de todo o município de Paulo Lopes".

"Meu objetivo é o turismo. "Hoje ainda tenho pouco investimento mais a intenção é viver do turismo" – Cascata encantada

"Gosto daqui por ser minha terra natal" Da integração com a comunidade, todos me conhecem e eu também, gosto do clima daqui da paisagem. Do valor aos detalhes da natureza"

"Bom e importante. Se não cuidar ninguém vai ter nada daqui a alguns anos"

"Vejo que aqui poderia ter mais forte o turismo, pois ajuda todos, pois melhora a estrada. Temos uma idéia aqui de ajeitar a estrada, cada um plantar e cuidar de um jardim na frente de sua casa, com flores na beira da estrada, quem quiser pode fazer na sua garagem, um espaço para vender mudas, doces, pão e tudo o que souber fazer com produtos da região, para atrair mais visitantes para nossa região. Tipo a Estrada Bonita em Joinville no norte do estado de SC. Que mostra para os visitantes mata, água, cultura, tranquilidade"

Esse conflito de ideais presentes e futuros associados ao uso do solo tradicional e ao "novo uso do solo" é claramente percebido, sendo necessária a criação de espaços de diálogo e aprofundamento das questões para o fomento de uma gestão mais harmoniosa aos objetivos sociais e ambientais. Ainda que persistam as tensões internas, na comunidade acompanhada neste estudo se nota uma crescente abertura para apropriação da problemática ambiental como necessária e como oportunidade de novos empreendimentos. Esta apropriação no discurso pode ser vista como processo de aprendizagem e formação de consciência crítica de suas realidades, na medida em que tem proporcionado um ambiente de discussão entre conflitos comuns dos moradores.

Os conflitos de interesses na Tigela a partir dos objetivos de conservação versus exploração são claramente percebidos pelos moradores e administrados por alguns líderes, como o Sr. Benicio, morador há 23 anos, antigo funcionário do falecido Sr João, proprietário de grande parte das terras do alto da Tigela e Espraiado, localidade vizinha. Ele que tomava conta das terras e intermediou a venda de muitas delas, inclusive a propriedade onde hoje é a RPPN. *"Dentro do terreno deles tem mais de 50 nascentes, pois eu mesmo quando fui traçar os limites eu fiz questão de incluir as nascentes que estavam próximas, pois sabia que era pra proteger. Antes eles queriam comprar só 120 ha, ai tinha outro interessado no resto do terreno, e esse era pra explorar, ai quanto percebi que os interesses eram conflitantes, acabamos fazendo um jeito para dar preferência para eles, ai o Sr João aceitou melhorar o preço e eles acabaram comprando 327 ha".*

CONSIDERAÇÕES

Vale destacar que esta pesquisa procura estabelecer uma compreensão da realidade a partir de um olhar crítico dos fenômenos socioambientais, de modo a possibilitar uma fala um pouco mais plural, mas ainda assim uma fala que conta a visão do pesquisador a partir de um lugar e de uma cultura. Pretende-se que a pesquisa contribua para trazer à tona a preocupação de que as RPPN não se tornem espaços de conservação isolados e desconectados da realidade local, e sim para que se pensem a partir de seu potencial biológico e social.

Vemos a necessidade de que a conservação ambiental esteja associada a alternativas comunitárias de envolvimento e gestão da paisagem num espaço de aprendizagem. Verificamos no decorrer da pesquisa que apesar das percepções e projetos conflitantes, a comunidade apresenta motivação e estrutura para participar de um diálogo sobre a gestão e conservação, diálogo este que deve encontrar nas diversas realidades uma possibilidade de ampliar a compreensão individual e coletiva para a melhoria da qualidade de vida.

Por outro lado, é necessária que a ação institucional venha acompanhada de novos instrumentos de gestão e captação de recursos que considerem a conservação das unidades na paisagem em que existem. Estes instrumentos não devem propor métodos fechados de negociação de conflitos, mas amparar as necessidades dos moradores para que estabeleçam uma interpretação da paisagem e capacidade de gestão, uma vez que se considere a construção da autonomia e da participação como um horizonte democrático necessário. Entendemos necessário que se estabeleça uma colaboração descentralizadora da comunidade técnico-científica, que favoreça a emancipação das comunidades locais, baseada em um processo de aprendizagem mútuo. A autogestão e a gestão partilhada da paisagem, são mais do que um horizonte democrático possível, constituem uma necessidade não só para que a conservação seja efetiva, mas para que se construa como um projeto social inclusivo.

A região estudada apresenta potencial para se tornar uma situação experimental de criação de Conselhos locais, como ocorre para outras modalidades de UCs. Entre as contribuições dessa abordagem, teríamos o reconhecimento das RPPNs como parte dos sistemas de conservação ambiental e articulados nas transformações da paisagem em que se inserem, interface e colaboração entre instâncias locais e órgãos de gestão e fiscalização, contribuições para avaliar e pontuar seus aspectos positivos e negativos, contribuições para programas e políticas públicas e para criação de estratégias de conservação e geração de renda no âmbito local. No entanto, a simples existência de Conselhos não garante processos de gestão democráticos, é necessário que se estabeleçam processos articulados entre instâncias públicas e os interesses locais, em um processo contínuo e transparente de aprendizagem.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BORRINI-FEYERABEND, G. Manejo Participativo de Áreas Protegidas. Adaptando o Método ao Contexto. Temas de Política Social. Quito: UICN-SUR, 1997. 69 p.

CLAVAL, Paul. A Geografia cultural. Tradução Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3 . ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007 453p.

SANDEVILLE, J. E. Paisagens e Métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana, 2004. In revista eletrônica Paisagem e Ambiente USP. Disponível em: <http://www.ambiente.arq.br/publicacoes/artigos/2%20analises%20de%20paisagens.pdf> Acesso em: 30 janeiro 2008

_____. Paisagem. In revista eletrônica Paisagem e Ambiente USP. v. 20, p. 47-60, 2005. Disponível em: <http://www.ambiente.arq.br/iniciar.html> Acesso em: 30 janeiro 2008.

SANDEVILLE, J.E; BROERING, A; MACHADO, C. Paisagem, Cultura e Participação Social. In: I Colóquio Ibero-Americano Paisagem cultural, patrimônio e projeto: Desafios e Perspectivas.(Anais) Belo Horizonte – MG, 2010. 1 CD.

MESQUITA, C.A.B. & VIEIRA M.C.W. (Orgs.). 2004. RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica. Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Série Conservação e Áreas Protegidas, 28. São Paulo, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 56p.

TUAN, Yi-Fu Topofilia – um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1980. 289p.

YIN, Robert K. . Estudo de caso: planejamento e métodos. 2 ed Porto Alegre: Bookman, 2001. 205p